



200

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA.  
**A INDÚSTRIA E O  
FUTURO DO BRASIL.**



Confederação Nacional da Indústria  
**PELO FUTURO DA INDÚSTRIA**



# EVOLUÇÃO POLÍTICA

# O VÍRUS DO PATRIMONIALISMO

## Bolívar Lamounier



*Cientista político, atualmente é diretor da Augurium Consultoria. Foi o primeiro presidente do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP). Em 1985, foi membro da Comissão de Estudos Constitucionais, responsável pela elaboração do anteprojeto da Constituição de 1988. É autor, entre outros, dos livros "Da Independência a Lula e Bolsonaro: dois séculos de política brasileira" e "A democratização no Brasil: atores e contextos"*

Estamos em uma época de mudança internacional radical, antevéspera do fim dos Estados nacionais, criados no *Tratado de Westfália*, em 1648. Era um projeto de paz perpétua, dali em diante. Só para fazer uma comparação, as bombas atômicas jogadas sobre *Hiroshima* e *Nagasaki* foram liberadas à mão de aviões sobrevoando aquelas cidades. Hoje, aquele rapaz que governa a Coreia do Norte (*Kim Jong-un*) tem condições de atingir com uma ogiva nuclear qualquer ponto nos Estados Unidos. A porosidade dos Estados nacionais, para bombas, drogas, pandemias e contrabando, é terrível. Não estamos preparados para isso. O Brasil tem poucos *aviões de caça* e nada mais.

Recentemente, a Academia Paulista de Letras divulgou um manifesto alertando para as vulnerabilidades do Brasil. O documento diz que a maior parte do nosso comércio exterior é feito em torno de quatro produtos e dirigidos a dois países. Isso é uma concentração do comércio exterior extremamente perigosa para a autonomia e a segurança financeira externa do nosso país.

O sistema e a forma de fazer política influenciam, para o bem ou para o mal, o desenvolvimento econômico dos países. A estabilidade política e a segurança jurídica são fundamentais para a atração de investimentos.

Desde a República, nossas instituições sempre foram mal concebidas. Não preciso voltar à República Velha e lembrar que, naquele momento, o presidencialismo era um regime de partido único em cada Estado. O eleitorado era 5% da população. Temos a mística do presidente forte, do governo forte, daquele homem que manda, que imprime coerência ao sistema político.

Mesmo nos 21 anos de governos militares, todas as sucessões foram problemáticas, não obstante fossem reguladas pelo Colégio Eleitoral. Tivemos crises sucessórias em todas as passagens de governo. Tivemos um golpe de Estado, dentro do regime militar, quando do afastamento do vice-presidente Pedro Aleixo, impedido de assumir a Presidência da República, embora tivesse sido eleito pelo mecanismo que eles próprios haviam estabelecido. Dizer que esse sistema é estável e regular, mesmo nos períodos militares, é uma figura de retórica, literária. Pior que isso, só na Argentina. Entre 1955, quando (*Juan Domingo*) Perón foi exilado e, em 1983, quando a democracia foi restabelecida, a duração média dos governos foi de um ano e meio.

Não é por acaso que o Brasil está patinando no gelo há muito tempo. Anos atrás, tivemos o fato inusitado de o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sozinho, nomear a ministra Dilma Rousseff para sucedê-lo na Presidência da República. Como uma candidata normal, lançada pelo partido, não seria eleita. Ela foi eleita porque foi sagrada por Lula. Isso me fez lembrar um episódio no Império Romano, quando o mais sábio, o mais justo, o mais humanitário dos imperadores, Marco Aurélio, indicou para sucedê-lo seu filho adotivo Cômodo, que era um demente, como todo mundo sabia. Foi um desastre, que apressou a queda do Império Romano. O regime em que

um indivíduo concentra em suas mãos tamanho poder, dificilmente dará certo. Se o imperador Marco Aurélio, ao invés de nomear o filho, tivesse remetido ao Senado romano a escolha do sucessor, o resultado seria normal, não a nomeação de um demente como Cômodo. Nem o Lula teria, com todo o seu poder e sua popularidade, eleito a Dilma Rousseff, que, com todo respeito, foi um desastre econômico.

É importante destacar que o sistema e a forma de fazer política influenciam, para o bem ou para o mal, o desenvolvimento econômico dos países. A estabilidade política e a segurança jurídica são fundamentais para a atração de investimentos. É improvável que grandes investidores se disponham a colocar bilhões de dólares no Brasil, com o país estruturado na forma atual. Ficarão espantados ao constatar que a Câmara dos Deputados funciona com 513 deputados de 24 partidos diferentes – o maior dos quais com 15% dos assentos. É o grau de fragmentação mais alto do mundo, e é o mais alto há muito tempo. É um disparate. A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, país que tem um terço a mais de população do que o Brasil, tem um terço a menos de deputados; e apenas dois partidos.

Partidos dessa natureza não são capazes de produzir um candidato à Presidência da República que

governe com estabilidade. Na eleição presidencial de 2022 assistimos o retorno do populismo, com a polarização Lula x Bolsonaro, ambos com escassas possibilidades de tirar o Brasil desse buraco. Bolsonaro, expulso das Forças Armadas por indisciplina, conseguiu se eleger em 2018 amalgamando a rejeição ao PT, mas demonstra diariamente não respeitar sequer a liturgia do cargo.

Não entendo por que nós, 150 milhões de eleitores, temos que ser reféns de 24 pequenos grupos de pessoas que foram ao Tribunal Superior Eleitoral, registraram uma sigla e, a maior parte deles, apenas para meter a mão no fundo eleitoral. Muitos entram em um partido apenas para fazer número, porque a agremiação precisa de quociente eleitoral. Temos que mobilizar o que chamo de elite, quem tem recursos de alguma ordem, para que ela balize e ajude a canalizar o processo eleitoral desde o início.

## AS ELITES E O BEM PÚBLICO

Abaixo da estrutura partidária, que é uma tragicomédia, precisávamos ter uma elite que se dedicasse de fato ao bem público. Uma elite coesa – com divergências, mas séria –, capaz de balizar a formação de partidos e o comportamento das autoridades

eleitas, para que elas pratiquem aquilo que o professor José Álvaro Moisés chamou de *accountability*: a responsabilidade que o cargo os obriga a praticar.

Um pouco de dinheiro, tempo e saber ler: a elite começa aí, os que têm condições de atuar. Se tivéssemos esse objetivo a partir de hoje, teríamos meses para indicar candidatos e fazê-los ver que não estão falando para um espelho, mas para uma sociedade. Isso é o fundamental. Porque uma sociedade apática, uma sociedade sem esse tipo de elite, não vai a lugar algum. Fica patinando, estagnada.

Precisamos, também, de duas reformas sérias e abrangentes no Brasil, o mais rápido possível. Do contrário, não teremos futuro. Primeiro, o nosso Estado é patrimonialista. Diferentemente do que ensinava o célebre historiador *Raymundo Faoro*, não somos patrimonialistas só porque herdamos essa forma de Portugal. Nosso Estado patrimonialista foi sendo fortalecido cada vez que um ciclo econômico entrava em colapso. Quando o ciclo do açúcar entrou em decadência, os produtores pularam para dentro do Estado: trocaram a produção de cana por um emprego público. Assim começou a se formar a casta do serviço público. Em Minas Gerais foi um pouco menos, porque o Estado se reorganizou na base da pecuária.

A primeira reforma indispensável é demolir o Estado patrimonialista.

Quando o economista Celso Furtado descreve a elite dirigente de São Paulo como *“brilhante e experiente internacionalmente”*, se esquece de dizer que pelo Convênio de Taubaté, firmado em 1906, a cafeicultura entregou os pontos na economia em troca de subsídios, e o Estado abrigou os fazendeiros, reforçando ainda mais o patrimonialismo. De Getúlio Vargas em diante, adotamos essa imprudência da industrialização acelerada, em marcha forçada, levada à enésima potência pelo presidente-general Ernesto Geisel, apesar de mal conseguir ajustar as contas públicas.

Por isto, a primeira reforma indispensável é demolir o Estado patrimonialista. Essa reforma deveria começar pela eliminação da obscena diferença nas previdências pública e privada. Não se justifica que o trabalhador pobre se aposente pelo INSS com três mil, quatro mil reais, enquanto funcionários públicos que trabalham em gabinetes com ar-condicionado se aposentem com o último salário da carreira, com 25 mil, 30 mil reais por mês. Com esse regime previdenciário, é lógico que nunca conseguiremos equilibrar as contas públicas.

Há 30, 40 anos, houve uma grave falha de diagnóstico que nos deixa patinando. Não prestamos atenção ao fato de que, em termos de indústria, o Brasil cresceu algo perto de zero na Primeira República para um percentual relativamente alto nas décadas posteriores. Mas esse crescimento se deu naquilo que os economistas chamam de *fase fácil da industrialização*, que consiste, basicamente, em incorporar mão de obra despreparada, de baixíssimo custo, em processos com pouca tecnologia. É por isso que, depois de ter crescido bastante, estamos decrescendo, com perda de empregos industriais e sem conseguir sair daquela armadilha maldita, a chamada armadilha do baixo crescimento, que é uma renda *per capita*, em torno de 10 mil dólares – metade, ou menos da metade, de Portugal.

Outra providência que me parece indispensável é abrir a economia. O modesto crescimento da indústria brasileira aconteceu em uma economia extremamente fechada e protegida. E cresceu pouco. É lógico que o crescimento ganharia impulso se abrissemos a economia e reduzíssemos a proteção ofertada por um Estado que não tem dinheiro sequer para fechar suas contas. A ideologia de crescer com subsídios estatais, tanto para investimento quanto para custos operacionais e formação de preços, não tem mais condições de prosperar no mundo de hoje. Tem gente que acha que isso é neoliberalismo. Mas, antes neoliberalismo do que paleoliberalismo. Não temos outra alternativa: ou fazemos as reformas necessárias ou o Brasil não vai crescer de forma consistente e suficiente para viabilizar seu desenvolvimento econômico e social.

## UM MALDITO INCONVENIENTE

**Bolívar Lamounier** nos faz pensar que o patrimonialismo – submissão do Estado aos interesses da elite, que usufrui dele, como classe improdutivo ou ineficiente – é uma das causas da barreira estagnante em que esbarra nosso crescimento econômico: sem domínio tecnológico e sem distribuição dos benefícios criados para erradicar a pobreza, diminuir a desigualdade, promover formação cultural, construir uma nação civilizada e sustentável.

Ele denuncia as consequências de o Brasil ter uma elite descomprometida com o interesse público, despreparada para o exercício do poder a serviço do país, viciada em compadrios que favorecem apoio mútuo para adquirir privilégios. Não se trata de elite no sentido de poder econômico, mas no sentido de lideranças empresariais, sindicais ou intelectuais.

A história tem mostrado que a elite patrimonialista está interessada basicamente em usufruir benefícios do Estado. São elites tão vorazes e improdutivoas que usam o Estado até matá-lo. A cada crise cíclica, no lugar de reinventar a economia e fazê-la funcionar com eficiência, investidores ou assalariados se apropriam dos recursos, asfixiando a estrutura pública para manter privilégios. Optaram por usar o Estado para proteger a ineficiência no lugar de construir eficiência.

O que unifica a elite patrimonialista é o apego aos benefícios no presente, ignorando as necessidades das próximas gerações. O presente come o futuro. A diferença entre direita e esquerda tem sido na escolha de quem vai se beneficiar mais dos recursos do governo: os investidores ou os consumidores, os patrões ou os trabalhadores, os já ricos ou os ainda pobres, quem ascende socialmente, no setor privado ou no setor público. O assalto e o saqueio fazem o Estado cambalear por seus déficits fiscais, seu endividamento e a degradação de sua moeda; corrompe as classes saqueadoras, que passam a ser viciadas nas benesses do Estado, em uma forma suicida, pela corrupção ou pelo desperdício.

Com a República e a democracia, ao ficar politicamente impossível limitar o número dos beneficiados apenas a uma casta reduzida de nobres, o Estado republicano-democrático-patrimonialista absorve cada vez mais população entre seus beneficiados, até atingir o atual nível em que beneficia aos ricos com subsídios; salários e vantagens aos servidores; e bolsas e transferências de renda às classes mais pobres. Hoje, uma parcela considerável da população total do país vive na dependência de apoio direto ou indireto do Estado. No lugar de acabar com a nobreza e exercer a res-pública, nosso regime democrático tem se proposto a incorporar novos contingentes no seio de uma nobreza dividida entre consumidores ricos e consumidores pobres, ou até famintos, mas não um povo cidadão.



Confederação Nacional da Indústria  
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA